

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR À 3.ª EDIÇÃO	7
1. ORIGEM HISTÓRICA E EVOLUÇÃO	
1.1 Origem histórica	21
1.1.1 Da divisão de instância no antigo Direito.....	23
1.1.2 Do período da <i>legis actiones</i> (ações da lei)	24
1.1.3 Do processo <i>in jure</i> e <i>in judicio</i>	25
1.1.4 Do processo formular e o extraordinário	26
1.1.5 Do dualismo: ação autônoma e recurso	29
1.1.6 Da conclusão possível	30
1.2 Do Direito Comparado.....	31
1.3 Da ação rescisória no Direito brasileiro: breve histórico.....	34
1.3.1 Do Direito reinícola (Ordenações Afonsinas)	34
1.3.2 Do Direito reinícola (Ordenações Manuelinas).....	35
1.3.3 Do Direito reinícola (Ordenações Filipinas)	35
1.3.4 Do Direito reinícola (diferenças).....	35
1.3.5 Da legislação anterior	36
1.3.6 Da invasão da competência legislativa dos Estados- membros.....	37
1.3.7 Da ação rescisória no Código de Processo de 1973.....	39
1.3.8 Da ação rescisória no processo trabalhista	41
2. GENERALIDADES	
2.1 Breve enfoque.....	45
2.2 Do Direito intertemporal	47
2.3 Da natureza e conceito.....	48
2.4 Do conceito de rescindibilidade.....	49
2.5 Ação rescisória não é recurso.....	51

2.6	Das sentenças nulas, inexistentes e rescindíveis: distorções	53
2.7	Do vício de citação e o trânsito em julgado	56
2.8	Do objeto da rescisão	60
2.9	Do processo de jurisdição voluntária	61
2.10	Do questionamento	62
2.11	Do prazo preclusivo (decadência)	66
2.12	Das sentenças rescindíveis e sua eficácia	67
2.12.1	Dos despachos rescindíveis	69
2.13	Do juízo da admissibilidade	71
2.14	Da reconvenção em âmbito rescisório	74
2.15	Da alçada	76
2.16	Do conceito de sentença de mérito	77
2.17	Dos limites da coisa julgada	79
2.18	Da coisa julgada e a <i>lex posterius</i>	82
2.19	Do lugar onde deve ser proposta a rescisória	83
2.20	Dos erros <i>in procedendo</i> e <i>in judicando</i>	84
2.21	Da legitimação ativa e passiva	84
2.22	Da legitimação do substituto	85
2.23	Da legitimação do substituído	85
2.24	Do substituto processual trabalhista	86
2.25	Da autonomia da legitimação extraordinária concorrente	87
2.26	Da medida cautelar incidente em rescisória	88
2.27	Dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais	90
2.28	Da Súmula 259/TST	90
2.29	Da tutela antecipada	92
2.30	Da ação civil pública	94
2.31	Do mandado de segurança	94
2.32	Do depósito prévio	95
2.33	<i>Jurisprudência</i>	96

3. DA FASE POSTULATÓRIA – I

3.1	Da petição inicial	121
3.2	Do fundamento jurídico e do fundamento legal	122

3.3	Das condições da ação e dos pressupostos processuais	124
3.4	Do valor da causa	126
3.4.1	Da situação criada pela Resolução 31/2007, do TST ..	130
3.5	Da presença do advogado	135
3.6	Da legitimação para ser parte na ação rescisória.....	136
3.7	Da intervenção do Ministério Público	137
3.8	Da legitimação de terceiros interessados.....	139
3.9	Da taxa judiciária	143
3.10	Do depósito preparatório	143
3.11	Da ação rescisória e o Estado	145
3.12	Do objeto da ação rescisória	147
3.13	Do prazo.....	147
3.13.1	Do prazo extintivo.....	149
3.13.2	Da natureza do prazo.....	150
3.13.3	Das situações que podem ocorrer em matéria de prazo.....	152
3.14	Da contagem do prazo no processo trabalhista	155
3.15	Do controle judicial da tempestividade	156
3.16	Dos efeitos da consumação da decadência.....	157
3.17	Do <i>iudicium rescindens</i> e do <i>iudicium rescissorium</i>	162
3.18	Do depósito recursal no <i>iudicium rescissorium</i>	164
3.19	Da competência e distribuição.....	165
3.20	Da citação.....	166
3.21	Da citação por edital	167
3.22	Do despacho liminar.....	169
3.23	Do beneficiário da Justiça Gratuita e o depósito.....	169
3.24	Do depósito prévio e a ação popular.....	170
3.25	<i>Jurisprudência</i>	171
4.	DA FASE POSTULATÓRIA – II	
4.1	Da resposta do réu	188
4.2	Da ausência de resposta no réu (revelia)	189
4.3	Do despacho saneador	191

4.4	Da conciliação.....	192
4.5	Da produção de prova.....	193
4.6	Do retorno dos autos após a instrução probatória.....	193
4.7	Das razões finais.....	194
4.8	Da remessa ao Ministério Público.....	195
4.9	Da decisão em sede de rescisória: natureza.....	196
4.10	Da conciliação no <i>iudicium rescissorium</i>	196
4.11	<i>Jurisprudência</i>	197
5. DO JULGAMENTO		
5.1	Do julgamento: normas regimentais.....	200
5.2	Das normas processuais.....	200
5.3	Da forma de julgamento.....	201
5.4	Das etapas que compõem o julgamento da rescisória.....	202
5.5	Do julgamento pelo Colegiado.....	204
5.6	Dos honorários advocatícios.....	205
5.7	<i>Jurisprudência</i>	205
6. DA EXECUÇÃO		
6.1	Do comando emergente do art. 489 do CPC.....	212
6.2	Da excepcionalidade como elemento sintonizador.....	213
6.3	Da estratégia processual.....	216
6.4	Da execução no juízo <i>rescindens</i> e <i>rescissorium</i>	217
6.5	<i>Jurisprudência</i>	219
7. DOS RECURSOS		
7.1	Breve enfoque.....	224
7.2	Do julgamento em única instância.....	225
7.3	Do recurso ordinário na Justiça do Trabalho.....	226
7.4	Da alçada recursal em âmbito trabalhista.....	226
7.5	Do depósito recursal em sede trabalhista.....	227
7.6	Do duplo grau de jurisdição.....	227

7.7	Do prazo em dobro (Poder Público).....	228
7.8	Do agravo.....	229
7.9	Dos embargos infringentes.....	230
7.10	Dos embargos declaratórios.....	234
7.10.1	Da obscuridade.....	234
7.10.2	Da contradição.....	235
7.10.3	Da dúvida.....	235
7.10.4	Da omissão.....	236
7.11	Do agravo regimental.....	237
7.12	Do recurso adesivo.....	238
7.12.1	Do Ministério Público e o recurso adesivo.....	240
7.13	Do recurso especial.....	241
7.14	Do recurso extraordinário.....	242
7.15	<i>Jurisprudência</i>	242
8.	CASOS ESPECÍFICOS: FUNDAMENTOS PARA A RESCISÃO	
8.1	Da prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.....	247
8.1.1	Da prevaricação.....	247
8.1.2	Da concussão.....	248
8.1.3	Da corrupção.....	249
8.2	Do juiz impedido ou absolutamente incompetente.....	251
8.3	Do dolo ou da colusão.....	254
8.4	Da ofensa à coisa julgada.....	256
8.5	Da violação a literal de disposição de lei.....	259
8.5.1	Da lei estrangeira.....	263
8.6	Da sentença fundada em falsidade de prova.....	264
8.6.1	Da falsidade documental (material ou idológica)...	268
8.6.2	Da falsidade testemunhal, presunção – Perícia – Inspeção.....	269
8.7	Do documento novo.....	271
8.8	Da confissão, da desistência e da transação.....	273
8.8.1	Da confissão.....	275
8.8.2	Da desistência.....	279

8.8.3	Da transação	280
8.9	Do erro de fato	282
8.9.1	Do erro material e o erro de fato	285
8.10	Do prequestionamento: violação literal de lei.....	286
8.11	<i>Jurisprudência</i>	288
9.	DA AÇÃO ANULATÓRIA	
9.1	Dos atos judiciais	320
9.2	Da competência.....	326
9.3	Da confissão	327
9.4	Da revogação de medida cautelar.....	327
9.5	Da liquidação de sentença.....	328
9.6	Da alçada.....	328
9.7	Dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais	328
9.8	Da Súmula 259 do TST	328
9.9	Dos atos de execução	328
9.10	Do acordo e da convenção coletiva.....	329
9.11	Do prazo.....	329
9.12	<i>Jurisprudência</i>	330
10.	DOS ENFOQUES ESPECIAIS	
10.1	Da liquidação de sentença	343
10.1.1	Da liquidação de sentença em sede trabalhista.....	343
10.2	Dos atos de execução no processo trabalhista	345
10.3	Da adjudicação na Justiça Comum.....	345
10.4	Da arrematação na Justiça Comum.....	348
10.5	Da remição na Justiça Comum	349
10.6	Da transação	349
10.7	Da partilha amigável	350
10.8	Das decisões proferidas em inventário	351
10.9	Do poder familiar (antigo pátrio poder).....	351
10.10	Da desistência recíproca	351

10.11	Da demarcação a pedido do confrontante	352
10.12	Da jurisdição voluntária e da alienação de bem de menor	352
10.13	Da invalidação de partilha	352
10.14	Do alvará de venda de bens de menores	352
10.15	Da desconstituição de separação por mútuo consentimento	352
10.16	Da autocomposição	353
10.17	Da adjudicação em inventário	353
10.18	Da ação de usucapião	354
10.19	Da decretação de falência	354
10.20	Do sujeito passivo na falência	354
10.21	Do sujeito ativo na falência	354
10.22	Da intempestividade de recurso	356
10.23	Da <i>legitimatío ad causam</i>	356
10.24	Do direito intertemporal	356
10.25	Da lei declarada inconstitucional depois do trânsito em julgado	357
10.26	Da jurisdição voluntária	357
10.27	Da separação litigiosa	357
10.28	Do não conhecimento do recurso extraordinário	357
10.29	Do prequestionamento	358
10.30	Da desconstituição parcial da decisão rescindenda	358
10.31	Da rescisória em sede de segurança	358
10.32	Do entendimento sumulado e a rescisória	359
10.33	Da competência	360
10.34	Da rescisória e a abordagem interpretativa	361
10.35	Da retificação no registro de imóvel	361
10.36	Da errônea interpretação da lei	361
10.36.1	Da súmula de jurisprudência em sede rescisória	362
10.37	Do fundamento legal obrigatório	363
10.38	Da nulidade da citação	364
10.39	Da prova produzida em sede rescisória (falsidade)	365
10.40	Da anulação de transação, desistência (renúncia) e confissão	365

10.41	Do erro de fato.....	366
10.42	Da rescisória de rescisória.....	367
10.43	Da conciliação trabalhista.....	367
10.44	Da rescisória e a relação de emprego.....	367
10.45	Da legitimação para a rescisória.....	368
10.46	Do terceiro interessado.....	368
10.47	Do Ministério Público.....	369
10.48	Da legitimidade de credores e acionistas na falência.....	369
10.49	Do litisconsorte – Consequências.....	370
10.50	Da competência do STF.....	370
10.51	Do valor de alçada como óbice regimental.....	371
10.52	Da ação rescisória e das perdas e danos.....	371
10.53	Do valor da causa.....	371
10.54	Do depósito prévio.....	372
10.55	Do depósito e o beneficiário da Justiça Gratuita.....	372
10.56	Do depósito e o Poder Público – Responsabilidade.....	372
10.57	Do depósito e a isenção do Poder Público.....	373
10.58	Da execução da decisão rescindenda.....	373
10.59	Do indeferimento da petição inicial.....	373
10.60	Do desinteresse do autor e a decadência.....	373
10.61	Da impugnação ao valor da causa e a competência do relator.....	374
10.62	Da oposição em sede rescisória.....	374
10.63	Da rescisória e os efeitos da revelia.....	374
10.64	Do agravo de instrumento – Inadmissibilidade.....	374
10.65	Da competência do Supremo Tribunal Federal.....	375
10.66	Dos honorários e da multa (litisconsórcio).....	375
10.67	Da decadência.....	376
10.68	Da decadência e a presença de menor.....	376
10.69	Da alçada para competência.....	376
10.70	Do curador à lide em caso de revel.....	377

10.71	Do prazo – Poder Público.....	377
10.72	Da desapropriação – Levantamento do preço.....	377
10.73	Da sentença com fundamentação deficiente.....	377
10.74	Do sublocatário – Ilegitimidade.....	378
10.75	Da ação real imobiliária	378
10.76	Do <i>judicium rescissorium</i> e a supressão de grau de jurisdição	378
10.77	Do sócio majoritário e o pedido de autofalência	378
10.78	Da inoccorrência de litispendência	378
10.79	Do mandado de segurança e o efeito suspensivo em sede rescisória.....	379
10.80	Da decisão cautelar	379
10.81	Do indeferimento de petição inicial.....	380
10.82	Da competência para acolher a decadência	380
10.83	Do recurso cabível do indeferimento da inicial.....	381
10.84	Prazo – Decisão transitada em julgado sob a égide de lei anterior	381
10.85	Da uniformização de jurisprudência	381
10.86	Do texto de lei de interpretação controvertida	382
10.87	Do acórdão publicado na vigência da Constituição de 1988.....	382
10.88	Da estabilidade provisória de integrante da CIPA	382
10.89	Do enquadramento funcional.....	382
10.90	Da complementação de aposentadoria	383
10.91	Da Portaria da SUNAB.....	383
10.92	Dos servidores contratados pelo Estado regidos pela CLT	383
10.93	Da concessão comercial – Regras aplicáveis.....	384
10.94	Da “licença especial”.....	384
10.95	Do empregado estável – Conversão da reintegração em indenização dobrada.....	385
10.96	Da rescisória e o “princípio geral de direito”.....	385
10.97	Da sociedade extinta. Legitimidade para rescisória.....	385

10.98	Do sucessor em ação rescisória.....	386
10.99	Da sobrepartilha: bens sonogados.....	386
10.100	Da ação anulatória de escritura. Prazo prescricional.....	387
10.101	Da ausência de citação. Inocorrência de coisa julgada....	387
10.102	Do sindicato. Substituição em ação de cumprimento. Restrições.....	388
10.103	Da competência rescisória com a instalação de novo tribunal.....	389
10.104	Do Ministério Público. Ajuizamento de rescisória por colusão.....	389
10.105	Do julgamento <i>extra petita</i>	389
10.106	Do regulamento da empresa.....	390
10.107	Do julgamento meritório do recurso intempestivo.....	390
10.108	Da legitimidade de terceiro para pleitear a rescisória.....	391
10.109	Da interpretação que viola a lei.....	392
10.110	Do despacho do relator acolhendo a decadência.....	393
10.111	Do acolhimento de embargos declaratórios intempestivos.....	393
10.112	Do interesse jurídico e de fato.....	394
10.113	Da ação anulatória. Nulidade por falta de citação.....	394
10.114	Da sentença que não declara a falência.....	395
10.115	Do acordo e da convenção coletiva.....	395
10.116	Da citação feita em homônimo.....	396
10.117	Da falta ou nulidade da citação com revelia.....	397
10.118	Da execução em ação de cumprimento: extinção do direito.....	400

11. DAS SÚMULAS

11.1	Das Súmulas do TST.....	402
11.2	Das Orientações Jurisprudenciais do TST.....	410
11.2.1	Da SDI-1.....	410
11.2.2	Da SDI-2.....	410

11.3 Das Súmulas do STF	424
11.4 Das Súmulas do STJ	425
11.5 Das Súmulas do extinto TFR	425
BIBLIOGRAFIA	427